



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000480987**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1060793-39.2024.8.26.0100/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., é embargada KARINE SILVA MARTINS.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 13ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Rejeitaram os embargos. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SIMÕES DE ALMEIDA (Presidente) E MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO.

São Paulo, 16 de maio de 2025.

**NELSON JORGE JÚNIOR**

**relator**

Assinatura Eletrônica

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

-- voto n. 35.333--

**Embargos de Declaração nº 1060793-39.2024.8.26.0100/50000**

**Embargante:** Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.

**Embargada:** Karine Silva Martins

**Comarca:** São Paulo - Foro Central Cível

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO- RECURSO DE APELAÇÃO-  
CONTRADIÇÃO- NÃO OCORRÊNCIA

– Hipóteses do artigo 1.022, incisos I, II, III e parágrafo único do CPC/2015 – Inexistência – Embargos de declaração- Rejeição:

– De rigor a rejeição dos embargos de declaração à vista do não preenchimento de qualquer das hipóteses do artigo 1.022, incisos I, II, III e parágrafo único do CPC/2015.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**Vistos etc.**

Trata-se de embargo de declaração oposto pelo apelante ao v. acórdão a fls. 388/403 que, por votação unânime, negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo embargante, a fim de manter a r. sentença de procedência, que tornou definitiva a tutela a fls. 72/75 e condenou o réu ao restabelecimento definitivo da conta do *WhatsApp* da parte autora de número “55 (34) 99997-9777”, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00, até o limite de R\$ 200.000,00 e condenou o requerido ao pagamento de indenização a título de danos morais no valor de R\$ 10.000,00, a ser corrigido monetariamente e com a incidência de juros legais mensais de mora a contar da publicação desta sentença. Em razão da sucumbência, o Réu foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 15% do valor da condenação, além das custas e despesas processuais.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Embarga tempestivamente o apelante, sustentando que o julgado incorreu em omissão, ao deixar de apreciar a alegação do Facebook Brasil abordada, em sede de contestação, sobre o óbice técnico para restabelecimento de conta com conteúdo no aplicativo *WhatsApp*. Sustenta que: *“conforme expressamente previsto na “Política de Privacidade” do WhatsApp, o respectivo provedor não guarda o conteúdo das mensagens transmitidas entre seus usuários. Uma vez transmitida, a mensagem não é mantida nos servidores do provedor, mas única e exclusivamente nos dispositivos móveis (smartphones) do remetente e dos destinatários”*.

Assim, diante do vício apontado, pugna sejam conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração para reforma do v. acórdão.

Houve manifestação da embargada a fls. 08/09, nos termos do artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

**É o relatório.**

I. Não existe no v. Acórdão embargado obscuridade, contradição ou omissão, a justificar o acolhimento dos presentes embargos de declaração.

Não obstante os argumentos trazidos pelo embargante, verifico que não há omissão na decisão embargada.

Confira-se como constou do julgado de interesse:

*“No que tange a alegação de impossibilidade*

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

*de cumprimento da obrigação de fazer não merece acolhimento.*

*Isso porque a conta da apelada, do WhatsApp Business, vinculada ao número +55 (34) 99899-9777 foi reestabelecida, conforma se verifica a fls. 339, portanto, é plenamente possível o cumprimento da obrigação em relação ao outro número/conta.*

*Outrossim, eventual impossibilidade de cumprimento da tutela específica, a permitir a conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499 CPC), deverá ser discutida e apreciada em sede de cumprimento de sentença.” (fls. 402).*

A alegação de que a recuperação das mensagens é tecnicamente impossível, pela existência de criptografia, não veio acompanhada de prova inequívoca da impossibilidade de cumprimento da determinação judicial pelo embargante, razão pela qual eventual impossibilidade a permitir a conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499 CPC), deverá ser discutida e apreciada em sede de cumprimento de sentença.

Nesse sentido decidiu esta C. Câmara que:

*\*Ação de obrigação de fazer – Banimento unilateral da conta do usuário do aplicativo WhatsApp Business, sem justificativa ou prévia notificação – Sentença de improcedência – Alegação do requerido no sentido da existência de conduta em desacordo com os termos de serviço e política comercial da plataforma – Ausência de prova do fato desconstitutivo do direito do autor (art. 373, II, do CPC), não esclarecendo o réu qual teria sido a conduta irregular praticada pelo autor – Ausência de prévia notificação, a respeito de possível prática vedada pela plataforma, cerceando o direito de contraditório e ampla defesa – Banimento unilateral e abusivo – Restabelecimento da conta da autora como medida que se impõe – Sentença reformada – Recurso provido. (TJ-SP - Apelação Cível: 11021001020238260002 São Paulo, Relator.: Francisco Giaquinto, Data de Julgamento: 19/09/2024, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/09/2024)*

*Ação de obrigação de fazer c.c. indenizatória por danos morais – Aplicativo Whatsapp Business – Banimento unilateral*

*da conta do usuário – Preliminar de ilegitimidade passiva – Aquisição da empresa Whatsapp LLC. pelo Facebook Inc ., sendo o réu Facebook Brasil o responsável legal, no país, por demandas que envolvam o aplicativo Whatsapp – Empresas integrantes do mesmo grupo econômico, sendo a ré parte legítima passiva para responder pelo vício do serviço – Preliminar rejeitada. Aplicativo Whatsapp Business – Banimento unilateral do usuário – Cancelamento da conta do aplicativo de mensagens, sem prévia comunicação à autora, alegando-se conduta em desacordo com os termos de serviço e política comercial da plataforma – Descabimento – Ré não se desincumbiu do ônus de provar a regularidade da interrupção dos serviços (art. 373, II, CPC)- Ausência de prova de que a autora infringiu as políticas de uso do aplicativo – Inexistência de prévia notificação, a respeito de possível prática vedada pela plataforma, cerceando o direito de contraditório e ampla defesa – Banimento unilateral e abusivo – Restabelecimento da conta da autora com a recuperação das mensagens – Danos morais – Ocorrência – A interrupção injustificada do serviço acarretou a perda de importante ferramenta comercial para a autora, além de gerar nos clientes a falsa percepção de que teria realizado atividades impróprias na plataforma, afetando a sua reputação e imagem, pela interrupção dos serviços – Precedentes – Indenização arbitrada em consonância com os critérios da razoabilidade e proporcionalidade – Recurso negado. (TJ-SP - AC: 11162318920208260100 SP 1116231-89 .2020.8.26.0100, Relator.: Francisco Giaquinto, Data de Julgamento: 01/09/2021, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/09/2021).*

Como se vê, os presentes embargos não se amoldam às hipóteses elencadas no artigo 1.022, incisos I, II, III e parágrafo único, do Código de Processo Civil 2015, sendo de rigor a rejeição. Eles guardam, na realidade, intuito evidentemente infringente,

Embargos de Declaração n. 1060793-39.2024.8.26.0100/50000 – São Paulo– Voto n. 35.333

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

uma vez evidenciado que a matéria foi amplamente analisada pelo V. Aresto, sendo que o presente recurso pretende a alteração do julgado, mas a tanto não se presta a via processual eleita.

**II.** Diante de todo o exposto, **rejeitam-se os embargos de declaração.**

**Nelson Jorge Júnior**  
**-- Relator --**